

Estado e classes sociais em *A revolução traída*, de Leon Trotsky*

ANDRIEI GUTIERREZ**

Por ocasião da comemoração dos 90 anos da Revolução Russa, a Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann apresenta oportunamente uma nova tradução de *A revolução traída*, de Leon Trotsky. Importante registro histórico das polêmicas políticas em torno da construção da União Soviética e da transição para uma sociedade socialista, o objetivo do livro é, além de mostrar a existência de uma oposição interna naquele país, explicar como ocorreu a centralização de poderes em torno da burocracia e a progressiva limitação da democracia, por meio do enfraquecimento dos conselhos operários, *soviets*,

em benefício do aparelho partidário e dos quadros dirigentes da produção.

Se não existe mais a União Soviética como modelo de construção socialista, a obra de Trotsky não perdeu sua importância como instrumento teórico de análise daquela formação social, nem como referência no que diz respeito à teoria da transição. Passados 71 anos da sua publicação, a sociologia que trata do tema das classes sociais e da estratificação social encontra nessa obra uma importante contribuição teórica em estado prático¹.

Se no âmbito da teoria marxista das classes sociais, o marxismo predomina

* Agradeço as observações, sugestões e críticas de Adriano Nascimento, Andréia Galvão e Luciano Martorano às versões preliminares deste comentário.

** Doutorando em Ciência Política pela Unicamp. Endereço eletrônico: andriei.gutierrez@uol.com.br.

¹ Embora todo exercício teórico seja uma prática histórica que, como tal, pode sofrer diversas limitações e vicissitudes de seu contexto político-ideológico, existe a possibilidade do surgimento de “soluções” práticas, que aparecem em “estado prático” e não foram ainda

minante no século XX procurou identificar classe social ao exato posicionamento dos agentes no modo de produção, assim como a “classe operária”, agente da revolução socialista, ao caráter de assalariamento – e, conseqüentemente, também explicar a ausência de uma ação política revolucionária dessa classe por meio da dominação ideológica burguesa e da ausência da consciência de classe “para si” –, o estudo das relações sociais na formação social soviética traz importantes aportes para se entender o marxismo do século XX por um lado e, por outro, contribui para se repensar a relação da teoria das classes sociais com a teoria da estratificação social. No entanto, se Trotsky procura aproximar a teoria das classes sociais às relações sociais daquela formação social, não faz o mesmo no que diz respeito à teoria do Estado, realizando uma análise de classe do Estado deslocada da análise de classes da formação social.

Relações sociais e teoria das classes

Atento às contradições sociais que estruturavam a formação social soviética e transcendiam os instrumentos de análise da época, Trotsky faz uma lúcida análise dos conflitos sociais que mar-

cavam uma sociedade propagandeada por seus núcleos dirigentes como socialista, que estaria superando a existência das classes sociais rumo à etapa comunista. Se o conceito de classe social se pautava na idéia de que as classes eram “(...) definidas pelo seu lugar na economia do sistema social e, antes de tudo, pela sua relação com os meios de produção” onde “(...) a lei fixa as relações de propriedade”², por outro lado, isto não impedia Trotsky de denunciar as contradições da sociedade “socialista”, marcadas por apropriações desiguais da produção social. A burocracia da época exercia assim um papel de degeneração do Estado soviético e se configurava como uma nova “camada social” que, como uma espécie de “casta”, usufruía benefícios e vantagens numa sociedade na qual o desenvolvimento das forças produtivas, segundo Trotsky, não conseguia ainda prover o fim das classes por meio da abundância necessária.

Paradoxalmente, se a burocracia se constituía como uma nova camada social, evidenciando o surgimento de novas relações de exploração naquela sociedade, não deixava de ser para Trotsky um instrumento *necessário* para a construção socialista. Para o autor, o desenvolvimento das forças produtivas

enunciadas teoricamente. No entanto, para enunciá-las, é preciso um “trabalho teórico real que não somente elabore o *conceito* específico ou o *conhecimento* dessa solução prática, mas que destrua realmente, através de uma crítica radical (chegando até sua raiz teórica), as confusões, ilusões ou aproximações ideológicas que possam existir”. Cf. Louis Althusser, *La revolución teórica de Marx*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974, p. 135.

² Leon Trotsky, *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p. 223.

estava mais do que nunca na ordem-dia: apesar de a sociedade soviética ter mostrado em poucos anos a eficiência da gestão planificada em relação à gestão anárquica do mundo capitalista, o ainda baixo crescimento das forças produtivas – dado o atraso do país – gerava efeitos inevitáveis no âmbito do Estado, cujo resultado era a existência da burocracia. Segundo Trotsky, era exatamente “o interesse do crescimento das forças produtivas” que obrigava, no âmbito econômico, “(...) a recorrer às habituais normas do salário, isto é, à repartição de bens segundo a quantidade e, qualidade do trabalho individual” e, no âmbito da política, a existir uma centralização política exercida pela “vanguarda” da classe operária³.

A lógica que perpassa o método de apresentação do livro é a de que vários fatores teriam corroborado *progressivamente* para o processo que o autor chama de “degeneração burocrática”. Num primeiro momento, em caráter quase que simultâneo, teriam ocorrido as derrotas revolucionárias nos países europeus e os “erros” estratégicos no que diz respeito ao ritmo do desenvolvimento industrial – conseqüentemente, do crescimento das forças produtivas. Como resultado, a ausência de bens de consumo levaria ao racionamento e à defesa de “privilégios” por parte dos quadros dirigentes, fato esse que influenciaria o surgimento de um Estado policialesco. Por fim, e como evolução desse quadro, ocorreria a traição da

revolução mundial, por meio do pacto de “não-agressão” feito entre a burocracia soviética e a burguesia dos países capitalistas.

O processo de coletivização forçada da terra, iniciado em 1928, seria o marco para o fortalecimento da burocracia soviética e, ainda segundo o autor, o princípio da degeneração do Estado soviético. Junto com a repressão policial viriam novas formas de circulação da mercadoria – no lugar dos preços de mercado –, como impostos em espécie para os camponeses, distribuição dos bens de consumo via cartão de racionamento, intervenção no sistema de preços – que ocultariam as novas formas de apropriação da riqueza produzida e que caracterizariam um tipo específico de exploração na formação social soviética, distinto da exploração capitalista e que tinha um grupo seletivo beneficiado: a burocracia. A volta do sistema de preços, em 1935, ocorreria tardiamente, porque já teria ocorrido a “degeneração do Partido” com o fim do direito de frações. O antigo Partido Bolchevique teria se convertido na “organização política da burocracia”; progressivamente, teria ocorrido uma fusão entre o Partido Comunista, o aparelho de Estado e os ramos da produção. Trotsky designa, então, a burocracia como sendo “o órgão burguês da classe operária”, mais especificamente um “desvio burguês” baseado numa “consciência específica de ‘classe’ dirigente”⁴.

³ Idem, *ibidem*, p. 74.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 141.

Embora Trotsky resista a chamar a burocracia de burguesia, a caracterizá-la como uma “classe social”, e defenda o Estado soviético como sendo um Estado operário – em vez de uma variante de “capitalismo de Estado” –, parece decorrer de sua obra a idéia de que é possível a *existência de exploração sem a existência de classes*:

O Estado, que toma por tarefa a transformação socialista da sociedade, sendo obrigado a defender pela coação a desigualdade, isto é, os privilégios materiais da minoria, torna-se, em certa medida, um Estado “burguês”, embora sem burguesia. Essas palavras não implicam louvor nem censura; chamam simplesmente as coisas pelo seu nome⁵.

Estado “burguês” sem burguesia? Qual é o sentido exato dessa afirmação? Ao que tudo indica, Trotsky está alertando para a existência de relações de classe, de um Estado que tem uma função específica de classe – dominação econômica e política –, mas que não necessariamente se enquadrava nas formas tradicionalmente conhecidas de dominação burguesa. Cabe registrar que o tratamento rígido dos instrumentos conceituais à sua disposição na época não permitia o desnudamento da complexidade da formação social soviética; eram necessários conceitos auxiliares, mais próximos da realidade objetiva: “camada social” no lugar de “classe social”,

“regime transitório” no lugar de “modo de produção”. É uma solução prática que, embora não abandone a referência norteadora dos conceitos originais marxistas de classe social e modo de produção, pretende reconhecer as contradições que surgem das relações sociais específicas da formação social soviética.

Relações sociais e teoria do Estado

Segundo a análise de Trotsky, como foi mostrado acima, existiam relações desiguais de apropriação no nível econômico – denotando relações de exploração específicas. No plano ideológico, existia uma “consciência específica de ‘classe’ dirigente”, que consistia em um “desvio burguês”. No que diz respeito ao campo político, teria se constituído uma “organização política da burocracia” no Partido único imbricado com as instituições estatais; o Estado, por sua vez, cumpria uma função “burguesa”, garantindo a reprodução das desigualdades e mantendo pela força a unidade política. Cabe perguntar: por que então Trotsky mantinha a defesa do Estado soviético e o caracterizava como sendo “operário”? Se a classe operária era explorada no nível econômico e subordinada politicamente, quais eram os elementos que conferiam ao Estado soviético o estatuto de representante dos seus interesses de classe?

A defesa por Trotsky do caráter operário do Estado soviético está assen-

⁵ Idem, *ibidem*, p. 79.

tada em dois pilares básicos e indispensáveis para a coerência teórico-política dessa tese: 1) a crença de que a propriedade estatal jurídica era já a forma acabada do socialismo e 2) a crença na tese da inevitabilidade do crescimento das forças produtivas – e, necessariamente, na neutralidade das mesmas. Nesse sentido, Trotsky escreve:

Duas tendências opostas estão crescendo no interior do regime soviético: ao contrário do capitalismo decadente, ele desenvolve as forças produtivas, está preparando as bases econômicas do socialismo, e levando ao extremo, para benefício dos altos dirigentes, as normas cada vez mais burguesas de distribuição, está preparando a restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de distribuição não pode crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas de distribuição terão de corresponder às normas do sistema de propriedade socialista⁶.

Pode-se então entender a lógica da argumentação trotskiana: se a revolução operária de outubro colocou em questão a propriedade privada dos meios de produção e instaurou a propriedade “socialista”, o atraso econômico em que vivia a sociedade soviética colocava a

necessidade de existência de uma burocracia para avançar a planificação econômica de modo a industrializar o país, aumentar o nível da produtividade do trabalho e, assim, o nível do consumo. A despeito de a burocracia exercer uma “função burguesa” no curto prazo, a crença na possibilidade concreta de transição ao socialismo – e, assim, ao comunismo – estava amparada numa aposta irrestrita de que o desenvolvimento das forças produtivas caminhava nesse sentido. É, pois, partindo da crença nessas duas condições, que Trotsky caracteriza o Estado soviético como operário numa perspectiva de longo prazo – o que não significava necessariamente, para Trotsky, é importante frisar, a inevitabilidade da vitória socialista.

Diferentemente do modo como entende o estatuto teórico da burocracia, Trotsky utiliza outra metodologia para trabalhar a produção conceitual no que concerne à caracterização do Estado soviético. Se, por um lado, a complexidade das relações sociais transcendia a capacidade elucidativa dos conceitos formulados na época, obrigando Trotsky a usar conceitos “intermediários” – “camadas sociais” e “regime de transição” –, pautando-se nas contradições internas daquela formação social, por outro lado, ao precisar o caráter do Estado soviético como “operário”, Trotsky estava se posicionando da *perspectiva* de uma disputa entre “capitalismo” e “so-

⁶ Idem, *ibidem*, p. 221.

cialismo”, que se circunscrevia aos limites do crescimento das forças produtivas e à ampliação do consumo⁷. Flexibilização da rigidez conceitual num caso, reafirmação no outro: a idéia de “degeneração burocrática” derivava da *análise concreta* das relações sociais de exploração econômica e dominação política; o conceito “Estado operário”, inversamente, originava-se de uma *perspectiva finalista*, um *dever* operário. Trata-se aqui de um peso para a teoria das classes e outro para a teoria do Estado. Como pode um Estado que representa, em última instância, a materialização do poder de uma “classe” dominante ser caracterizado a partir de critérios exteriores às relações sociais das quais depende a sua própria existência?

Desenvolvimento das forças produtivas ou democracia soviética?

Não se trata somente de duas conceitualizações desiguais, oriundas de percursos metodológicos diferentes. É interessante observar também que esse problema provoca um descompasso entre as soluções políticas propostas pelo autor.

Como já foi explicitado anteriormente, o expediente utilizado por Trotsky para denunciar a existência de uma degeneração burocrática e para explicar parte do processo de degeneração – ou melhor, a não-existência da etapa socialista, na sua interpretação – consistia na

identificação de desigualdades flagrantes na apropriação do produto socialmente produzido:

desigualdade no consumo = relações de classe (sem classe) = deformação da política (degeneração burocrática).

Tanto o ponto de partida do processo de degeneração como parte da condição para sua solução giravam em torno da questão das forças produtivas: a inevitabilidade burocrática nascia do baixo desenvolvimento econômico da sociedade soviética. Este, associado à fragilidade no campo do consumo, levava à possibilidade da degeneração ao mesmo tempo em que o crescimento das forças produtivas, ao possibilitar a existência de um nível de igualdade no plano do consumo, possibilitaria o fim da deformação burocrática e, conseqüentemente, a transição ao socialismo:

crescimento das Forças Produtivas = igualdade no consumo = possibilidade de fim da deformação burocrática.

A saída proposta por Trotsky é que haja uma *combinação* entre a burocracia, baseada no imperativo do desenvolvimento das forças produtivas, e a participação popular por meio dos *soviets*. Entretanto, é preciso atentar para a existência de *um conflito entre planificação econômica e controle democrático da pro-*

⁷ Cf. Idem, *ibidem*. Ver principalmente o capítulo I, “O que foi alcançado”, pp. 43-54.

dução e da sociedade. Se é preciso que haja um crescimento das forças produtivas e esse crescimento se dá no plano técnico, como pode ele coexistir com a idéia de criação de uma “alavanca política” que permita a “(...) participação real das massas interessadas na direção”, formulada pelo autor⁸? Seria possível conciliar a “necessária” deformação burocrática com a democracia dos *soviets*, como propõe Trotsky? Deve-se ponderar que, desde o princípio, a participação política das massas nas decisões estaria condicionada ao aumento da produção (industrial, ressalve-se) e, portanto, restrita em sua soberania. Dessa maneira, por exemplo, manter-se-iam na formação social soviética as contradições entre os trabalhadores do campo e os da cidade, recaindo sobre os primeiros o ônus da industrialização. Poder-se-ia justificar também, a partir das brechas nesse conflito, a necessidade de existência de uma vanguarda político-administrativa no curso da transição socialista, o que representa inevitavelmente uma ameaça à soberania dos conselhos.

O que nos leva a pensar que não há, em *A revolução traída*, uma ruptura efetiva de Trotsky com os princípios da linha “oficial” stalinista no que tange à problemática de uma teoria da transição. O debate, na forma como está colocado por Trotsky, reduz a discussão acerca do avanço do socialismo aos limites de uma discussão sobre o “ritmo”

do crescimento das forças produtivas: uma maior interferência dos *soviets* pressuporia um prazo mais longo para se atingir o socialismo; menos significaria mais desigualdade entre as “classes” e, no entanto, a possibilidade de um ritmo de crescimento mais acelerado rumo ao socialismo. Entretanto, a problemática de fundo permanece a mesma da linha “oficial”: indissolubilidade entre socialismo e desenvolvimento das forças produtivas.

Ao que parece, para a resolução de tal contradição, seria necessário então estabelecer os limites de transição para a sociedade socialista no campo do desenvolvimento das forças produtivas. Quais seriam os elementos para se definir o “ponto” inicial de dissolução das relações de classes, que marcaria a passagem da etapa de transição do capitalismo para a etapa que Trotsky considera como sendo propriamente socialista? Dito de outra maneira, qual seria o limite objetivo para se atingir o nível ideal de desenvolvimento e como identificá-lo? Não há na obra analisada nenhum esforço teórico no sentido de procurar resolver essa contradição, o que nos leva a questionar a efetividade da participação democrática dos conselhos e, conseqüentemente, da transição socialista nessas condições.

Elucidativa e polêmica, *A revolução Traída* contribui sobremaneira para o entendimento da formação social soviética, do período pós-Revolução de

⁸ Idem, *ibidem*, pp. 90-94.

Outubro. Se há um descompasso entre a análise de classe do Estado, baseada em uma específica problemática da transição, o mesmo não ocorre com sua análise das classes na formação social, que, como vimos, tende a aproximar a análise teórica às relações sociais. Logo, não seria errado supor que, tendo em vista a multiplicidade de determinações agindo em uma formação social, como também a dificuldade em apreendê-las teoricamente – e, do mesmo modo, a impossibilidade de delimitar uma morfologia da transição –, a democracia operária, por meio da soberania dos conselhos e comunas, assumiria o único papel de bússola segura rumo a qualquer tentativa de transição socialista.

GUTIERREZ, Andriei. Estado e classes sociais em A revolução traída de Leon Trotsky. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p.147-154.

Palavras-chave: Estado; Classes sociais; Trotsky.